

QUESTÃO INDÍGENA

# Governo quer o fim do paternalismo na Funai

*Uma comissão interministerial deverá traçar os novos rumos da fundação*

EDSON LUIZ

**B**RASÍLIA – Com quase 30 anos de atraso, o governo pretende modificar a política indigenista do País para tentar acabar com o paternalismo existente na Fundação Nacional do Índio (Funai). Antes de deixar o cargo, o ex-ministro da Justiça, José Gregori, criou uma comissão interministerial, com a participação da sociedade civil, para delinear os rumos da instituição, que hoje gasta quase R\$ 6 milhões em assistência social para índios, R\$ 2 milhões a mais que o valor utilizado para a fiscalização das terras indígenas.

Não é a primeira vez que o governo tenta acabar com o assistencialismo dentro da Funai. Outros presidentes da instituição e ministros da Justiça já procuraram modificar a política indigenista brasileira, mas esbarraram na resistência de grupos acostumados com as facilidades oferecidas nos últimos anos. O resultado foi um só: acabaram destituídos pelos próprios índios ou desistiram do cargo por causa do desgaste.

Hoje a Funai continua sendo, dentro do governo federal, um dos órgãos com maior número de cargos de confiança no País: são 1.009, quase o dobro da Polícia Federal. Deste total, 190 cargos estão em Brasília. Mas só 10% do quadro tem nível superior. No departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente 40 projetos de extrema importância, como os de construção de hidrelétrica e rodovias, estão parados por falta de parecer. Um acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas (ONU) foi firmado para a contratação de 20 profissionais (antropólogos) aptos para desenvolver o trabalho.

**Lotados na cidade** – A distribuição dos funcionários da Funai também apresenta uma desigualdade em relação a outros órgãos públicos. Cerca de 1.650 servidores da instituição estão lotados nas áreas urbanas e apenas 339 pessoas trabalham nas áreas indígenas. Na sede, em Brasília, estão 303 funcionários, sendo que 34 índios trabalham na Administração Regional do Xingu que, ao contrário das demais áreas que abrigam grupos indígenas, conta com um escritório regional no Distrito Federal.

Nem a própria Funai tem controle de quantos índios estão fora das aldeias, principalmente em Brasília. Os que chegam realmente à procura de ajuda para suas aldeias são poucos. Grande parte dos que ocupam hoje as pensões próximas à sede da Funai está mesmo a passeio e somente no ano passado foram responsáveis por um gasto de R\$ 800 mil em hospedagem. Quase o mesmo valor desembolsado pela instituição para funcionamento dos postos indígenas e recursos superiores aos que foram usados na recuperação ambiental das terras indígenas.

“O que existe é paternalismo e não assistencialismo. Temos de resgatar o trabalho comunitário”, afirma o presidente da Funai, Glênio Alvarez, que já prevê um impacto na reestruturação da fundação. Uma de suas providências é justamente reduzir os gastos com hospedagens e eliminar a figura do índio-residente, aquele que chega à cidade, ocupa um quarto de pensão e passa até mais de um ano sem retornar à aldeia.

A falta de pessoal de campo talvez explique os muitos problemas enfrentados nas áreas indígenas. Segundo a diretoria fundiária da Funai, são pelo menos 30 conflitos de grandes proporções

DOCUMENTAÇÃO

OCIOAMBIENTAL

Fonte: *ASP (geral)*

Data: *2/12/2001* Pg. *A15*

Class.: *1922*

Gorete Ferreira/AE



Orgãos oficiais não sabem quantos índios estão fora das aldeias

pria Funai. Segundo fontes do Ministério da Justiça, o curto espaço de tempo tem uma razão: os conflitos estão se desenvolvendo na mesma propor-

D'Oeste, onde cerca de 2 mil homens estão retirando diamantes das terras dos índios cintas-largas, no Parque Roosevelt, a Polícia Federal identificou ser-

que podem resultar inclusive em mortes. É o caso de Mato Grosso do Sul, onde existe o risco de um confronto entre fazendeiros e pequenos colonos por culpa do próprio governo, que não se decide sobre o litígio, cuja origem tem quase 50 anos. O mesmo problema ocorre em Pau Brasil, na Bahia, e em Rotaima.

ção em que cresce a população indígena do País, hoje em torno de 360 mil pessoas. Se não houver uma solução rápida, segundo fontes do governo, a situação poderá ficar igual a de séculos passados quando o Brasil não tinha qualquer política para o setor.

vidores da Fundação e lideranças indígenas envolvidos com a atividade ilegal. Alguns deles devem ser presos logo. Após sua criação, a comissão interministerial terá 60 dias - prorrogação por mais 30 - para trabalhar na reestruturação da política indígena e da pró-

legal - Nem sempre a questão da terra é a causa principal dos conflitos. Na área ianomami, garimpeiros voltaram a explorar ouro na região. Mas o caso mais grave envolve índios e funcionários da Funai. Em Espigão

**S**ERVIDORES  
**E**NVOLVIDOS  
**E**M ATIVIDADE  
**I**LEGAL

**Mudanças no setor ainda não estão definidas**

*Mas governo quer aumentar o número de funcionários da instituição*

**B**RASÍLIA - Se o governo acordou para a necessidade de reestruturação da política indígena, ainda não definiu os pontos principais das mudanças. Sabe-se, no entanto, que deverá aumentar o número de funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e investir na auto-suficiência dos grupos indígenas.

Mas especialistas do setor afirmam que é necessário regionalizar os trabalhos da Funai. "Não se pode tratar da mesma forma os problemas das aldeias do Amazonas e de Mato Grosso do Sul", afirma Carlos Marés, ex-presidente da Funai e hoje ligado ao Instituto Sócio-Ambiental (ISA).

"A reestruturação deve ter como meta o resgate das comunidades, o trabalho local", concorda o atual presidente da Funai, Glênio Alvarez. Uma de suas metas é utilizar exemplos de ações desempenhadas por alguns grupos, na exploração dos recursos de que dispõem, para estimular outras regiões.

**Não à extinção** - Na área dos índios craós, no Pará, a produção chegou a receber financiamento até mesmo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Na Amazônia grupos vendem contratos exclusivos com grandes companhias de refrigerantes para o fornecimento de matéria-prima", afirma Alvarez.

Na opinião de Marés, o atual governo insiste no equívoco de manter uma política nacional para os índios. "Sem programas regionais de desenvolvimento é praticamente impossível trabalhar. Sempre se fez uma política errada que tem de acabar para que realmente seja cumprido o que diz a Constituição em relação aos índios", explica o ex-presidente da Funai.

Marés não concorda com as propostas de extinção da instituição. "Sua existência é fundamental, mas como um órgão diferente do resto da administração. É preciso que o presidente da fundação seja o elo de ligação do índio com o governo."

**Consulta** - O governo não limitou ao Ministério da Justiça o trabalho de reestruturação do setor em favor da questão indígena. Para a comissão encarregada foram nomeados representantes da própria Funai, do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Casa Civil da Presidência da República, além do Conselho Indígena que indicou o indigenista Porfírio Carvalho e um representante de organização não-governamental, o antropólogo Gilberto Azanha.

A primeira reunião ocorreu na semana passada. Nella ficou definido que o grupo vai iniciar uma consulta entre os povos indígenas e os próprios funcionários da Funai para definir as áreas a serem alteradas. (E.L.)